

Memória Social, Média e Comunicação Intercultural

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.157.10>

Rosa Cabecinhas

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>
cabecinhas@ics.uminho.pt

Isabel Macedo

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<http://orcid.org/0000-0003-4107-3997>
isabelmacedo@gmail.com

Silvino Lopes Évora

Faculdade de Ciências Sociais, Humanas e Artes, Universidade de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde
<https://orcid.org/0000-0002-9216-1818>
silvino.evora@docente.unicv.edu.cv

Resumo

Neste capítulo, discutimos o conceito de “memória social” e a sua relação com os processos identitários e as dinâmicas da esfera pública. O modo como cada grupo social interpreta o passado influencia o seu posicionamento no presente e as estratégias que delineia para o futuro. Neste sentido, o estudo da memória social é muito importante para compreender as relações interculturais no mundo contemporâneo. Ao evidenciar o carácter profundamente social, dinâmico e relacional da memória, o capítulo sublinha a sua centralidade nos processos de construção identitária, nas relações interculturais, nas disputas simbólicas no espaço público e na negociação de sentidos culturais. Ao analisar a memória social em articulação com os média, a educação e as práticas culturais, procurou-se assinalar o modo como as representações do passado são moldadas por enquadramentos hegemónicos, mas também desafiadas por narrativas contra-hegemónicas que emergem de grupos historicamente minorizados. A diversidade de memórias manifesta-se nas múltiplas leituras da história, visíveis em manuais escolares e produções mediáticas, mas também nos discursos de jovens, evidenciando as disputas simbólicas em torno da memória pública e o seu papel na transformação social. Assim, compreender os mecanismos comunicativos da memória, bem como os seus usos políticos e simbólicos, é fundamental para promover uma cidadania crítica, inclusiva e consciente da pluralidade de vozes e experiências que compõem as nossas sociedades. Apesar dos avanços na investigação, a maioria dos estudos tem-se centrado na forma como os grupos minorizados são retratados pelos média, sendo ainda muito escassos os estudos sobre a agência das pessoas migrantes e racializadas na produção mediática e na forma como estão a fomentar ativamente processos de transformação social através de diferentes formas de ativismo mnemónico.

Palavras-chave

memória social, média, relações interculturais, representações sociais da história, ativismos

Memória Social, Narrativas Mediáticas e Relações Interculturais

As dinâmicas da esfera pública influenciam e são influenciadas pela memória histórica, num processo em que o velho se mistura com o novo, transformando-se reciprocamente. É comum afirmar-se que a imprensa produz o primeiro rascunho da história, selecionando e determinando que acontecimentos devem ser recordados numa dada sociedade e como devem ser recordados. O modo como determinado acontecimento é reportado e a sua reatualização mediática regular por ocasião das efemérides contribui frequentemente para a criação e sedimentação de uma “história única” (Adichie, 2009), mas os média também podem desempenhar um papel fundamental na desocultação de histórias e memórias que foram durante muito tempo obscurecidas, dando visibilidade a memórias subalternizadas e questionando o *status quo* (Cabecinhas, 2024).

Frequentemente as palavras “memória” e “esquecimento” são usadas como antónimos, tomando a palavra “memória” como sinónimo de “lembrança” e a palavra “esquecimento” como sinónimo de “desmemória”. No entanto, a memória implica sempre uma seleção (voluntária ou involuntária) de memórias, pelo que lembrança e esquecimento estão intimamente ligados. De facto, “quando falamos da esfera pública, o ‘esquecimento’ não é aleatório nem inócuo, pois resulta de processos de seleção e filtragem, deliberados ou não, que reduzem substancialmente o espectro das recordações possíveis numa dada sociedade e contexto histórico” (Cabecinhas, 2023, p. 769).

Recordar algo é muito mais do que simplesmente reproduzir factos, implica um processo ativo de reconstrução. O processo de recordar é social, uma vez que os pontos de referência utilizados por cada pessoa para codificar, armazenar e recuperar informação são socialmente definidos, e as pistas contextuais desempenham um papel fundamental na evocação das recordações (Cabecinhas et al., 2006).

Reconhecer o carácter social da memória não implica pressupor uma uniformidade nas recordações. Cada pessoa recorda factos sobre o passado de um modo diferente, e grupos sociais distintos, face a um mesmo acontecimento, frequentemente têm memórias diversas e até antagónicas (e.g. Cabecinhas & Évora, 2008; Echabe & Castro, 1998).

As recentes perspetivas sobre a memória social na psicologia social resultam do aprofundamento dos estudos pioneiros conduzidos por Halbwachs (1925/1994, 1950/1968) e Bartlett (1928, 1932/1995). Tal aprofundamento passa necessariamente pela articulação entre a teoria da identidade social (ver Capítulo 6) e a teoria das representações sociais (ver Capítulo 7).

Maurice Halbwachs (1950/1968) considera a distinção entre diferentes tipos de memória: memória interna, pessoal ou autobiográfica; memória social ou coletiva; e memória histórica. Segundo o autor, a memória social diferencia-se da memória histórica por ser estruturada em função de uma pertença específica, ao passo que a memória histórica resulta da coexistência de várias memórias coletivas. Na nossa perspetiva, a distinção entre memória interna e externa é desadequada, já que toda a memória é simultaneamente interna e externa. Ou seja, a memória social e a memória pessoal são construídas em interações sociais, em que eventos específicos e interpretações particulares de eventos são destacados, partilhados, negociados e contestados, levando à fluidez de representações relativas aos eventos das nossas vidas, que contribuem para definirmo-nos a nós próprios, aos outros e ao mundo (Fivush, 2008).

Segundo Halbwachs (1925/1994), o indivíduo recorda através da palavra, sendo a linguagem, partilhada com os membros do seu grupo, que lhe fornece as categorias através das quais apreende a realidade. Halbwachs (1925/1994) chama a atenção para os “quadros coletivos” da memória, isto é, os instrumentos de que a memória coletiva se serve para recompor uma imagem do passado em função das questões do presente. Na compreensão dos quadros coletivos da memória é necessário ter em consideração duas coordenadas fundamentais: o tempo e o espaço. Em relação ao impacto do tempo, é preciso ter em conta que, por um lado, as pertenças sociais de cada indivíduo condicionam a sua experiência do tempo e, por outro, os momentos-chave do ciclo individual são socialmente reconhecidos e partilhados. A outra coordenada fundamental da vida social é o espaço. Para Halbwachs (1950/1968), o espaço constitui um quadro de referência de tal forma poderoso e persistente que se pode dizer que não existe qualquer memória coletiva que não se desenrole num dado quadro espacial. Assim, o autor sublinha a importância da vinculação dos grupos a um espaço: os grupos “estão ligados naturalmente a um lugar, porque é o facto de estarem juntos num dado espaço que permite aos seus membros criar laços sociais” (Halbwachs, 1950/1968, p. 203). Assim, a memória social é intimamente ligada às dinâmicas identitárias, mas também às assimetrias materiais e simbólicas que moldam o nosso quotidiano.

Por seu turno, Paul Connerton (1989/1993) estabelece a distinção entre três tipos de memória: a memória pessoal que diz respeito à “história da vida de cada um”; a memória cognitiva pela qual os indivíduos recordam o significado de palavras, histórias, entre outras; e a memória-hábito, que consiste na capacidade de reproduzir determinada ação. Na opinião do autor, tem sido dispensada bastante atenção às duas primeiras formas de memória, mas a terceira tem sido bastante ignorada. Tal como é conceptualizada por Connerton, esta memória-hábito remete para os processos de aprendizagem, através dos quais os indivíduos incorporam valores e crenças que assim se tornam hábitos (cf. Bourdieu, 1979).

Connerton (1989/1993) chama a atenção para a importância da dimensão narrativa na transmissão da memória social. Na sua opinião, “as imagens do passado e o conhecimento recordado do passado são transmitidos e conservados por performances (mais ou menos) rituais” (p. 48). No seu trabalho, o autor analisa detalhadamente duas dimensões específicas do complexo processo de transmissão da memória: as cerimónias comemorativas e as práticas corporais. Estas dimensões ajudam a compreender os mecanismos implicados na conservação social, pois ambas contêm “um certo grau de segurança contra o processo de questionamento cumulativo que todas as práticas discursivas acarretam. Esta é a fonte da sua importância e persistência como sistemas mnemónicos” (Connerton, 1989/1993, p. 124).

Por seu turno, Jan Assmann (2008) estabeleceu a distinção entre a “memória comunicativa” e a “memória cultural”, sendo que a primeira seria fruto da interação interpessoal quotidiana em contexto familiar ou entre pessoas muito próximas, enquanto a segunda seria cultivada por “operadores especializados” (líderes religiosos, professores, investigadores, artistas, etc.), sendo institucionalizada e preservada através de um conjunto de símbolos estáveis (objetos, filmes, música, dança, etc.), transmitidos de geração em geração num dado contexto cultural. Enquanto a memória comunicativa teria um tempo limitado, correspondendo geralmente ao “tempo de três gerações” (Assmann, 2008, p. 111), a memória cultural seria muito mais durável, podendo sobreviver séculos ou milénios. Nesta aceção, a memória comunicativa corresponde a uma “memória viva” sobre acontecimentos do passado recente, partilhados através da comunicação interpessoal quotidiana. Na memória cultural apenas algumas memórias sobrevivem sendo transmitidas de forma oral, escrita ou performativa, em festas e comemorações, em museus, escolas, e nos meios de comunicação social. De acordo com Assmann (2008), a estrutura de participação da memória cultural seria caracterizada por uma tendência ao elitismo, já que implicaria o “conhecimento

diferenciado” e processos de legitimação desse conhecimento. Na aceção de Cabecinhas (2023), “a distinção entre ‘memória comunicativa’ e ‘memória cultural’ não deve ser considerada em termos dualistas, já que comunicação é interação e sem interação não há recordação” (p. 770).

Tendo em conta que geralmente as imagens do passado legitimam uma ordem social presente, mas simultaneamente existem expressões de contestação a essa ordem, a memória social pode ser entendida como um “campo de disputa”, passando o controlo social e o exercício do poder pela capacidade de definir o que é memorável (Cabecinhas et al., 2006; Cunha, 2006).

Resumindo, podemos considerar que toda a memória é social, uma vez que os nossos pensamentos, desejos e emoções são construídos através das práticas linguísticas e reificados pelos processos de comunicação humana. Nesta perspetiva, tão importante quanto entender o que recordamos, é compreender porque e como recordamos determinados acontecimentos e esquecemos outros. Assim, entendemos a memória como um produto socialmente construído, através dos processos comunicativos, e que reflete as identidades sociais dos indivíduos assim como as suas trajetórias pessoais, também elas marcadas pelo social (Cabecinhas et al., 2006; Marková, 2007; Páez et al., 2016).

Assim, o modo como cada grupo social (re)interpreta o seu passado tem implicações nas suas ações e vivências quotidianas, nas visões do presente e na definição de agendas para o futuro (Liu & Hilton, 2005). Licata e Klein (2005) consideram a memória coletiva “como um conjunto de representações do passado compartilhadas com base em uma identidade comum aos membros de um grupo” (p. 243), tomando como sinónimas as expressões “memória coletiva” e “representações sociais da história” (Liu & Hilton, 2005).

Nos últimos anos, têm sido realizados estudos sobre as representações sociais da história mundial utilizando metodologias semelhantes em diversos países, permitindo análises comparativas (e.g., Liu et al., 2009; Pennebaker et al., 2006). Tem sido observado um conjunto de tendências sistemáticas nos estudos realizados sobre as representações sociais da história mundial: (a) centralidade da guerra e conflito – tendência a considerar eventos relativos a guerras, terrorismo, conflitos e revoluções entre os mais importantes da história mundial, em detrimento de outros tipos de eventos, por exemplo, os referentes a assuntos socioeconómicos ou a realizações científicas e tecnológicas; (b) efeito de recência – tendência para recordar os acontecimentos mais recentes (com destaque para os que envolvem as últimas três ou quatro gerações), em detrimento dos mais remotos; (c) sociocentrismo – tendência para considerar os acontecimentos que ocorreram no seu próprio país, ou que envolveram diretamente o seu país, entre os mais importantes para a história mundial; (d) eurocentrismo – tendência para considerar como mais importantes os acontecimentos que ocorreram na Europa ou nos Estados Unidos da América, reproduzindo as relações de poder na ordem mundial (Liu et al., 2005, 2009); (e) efeito nostálgico – tendência para considerar os eventos mais remotos como mais positivos do que os acontecimentos mais recentes (e.g., Páez et al., 2016). Estas “tendências sistemáticas” têm sido observadas em estudos realizados em diferentes regiões do mundo, embora com padrões diferenciados em função do contexto (e.g., Brasil & Cabecinhas, 2017; Cabecinhas et al., 2011; Liu et al., 2009).

Tais tendências são também evidenciadas em estudos mais recentes, como no trabalho realizado por Bouchat et al. (2023), em que é analisado o modo como os jovens europeus representam a história da Europa. Um estudo realizado em 11 países europeus mostra que as personalidades consideradas mais importantes na história da Europa pelos jovens são, na sua maioria, homens ligados à Segunda Guerra Mundial, a autoritarismos, conquistas e impérios – efeito de recência e centralidade da guerra e conflito. Estes resultados mostram

que as representações da história da Europa atualmente partilhadas por jovens europeus correspondem, em parte, a narrativas históricas dominantes, baseadas num conjunto de experiências, acontecimentos e valores supostamente comuns aos povos da Europa que foram promovidos pelas elites europeias durante o processo de integração europeia. Estes resultados sugerem ainda que, além da narrativa negativa das guerras e dos crimes dos totalitarismos, a história da Europa também é encarnada por figuras positivas, que são associadas à democracia, à tolerância, solidariedade e humanismo. Os autores destacam, também, a quase ausência de personagens relacionadas aos processos de descolonização. Sublinha-se ainda o facto de as personalidades destacadas pelos participantes serem na sua esmagadora maioria homens, sendo muito raras as mulheres que são reconhecidas como tendo tido um papel importante na história da Europa ou na história de cada um dos 11 países no qual foi aplicado o questionário, evidenciando os efeitos de um forte androcentrismo na memória pública.

Por outro lado, um conjunto de estudos comparativos sobre memória social em diferentes países de língua oficial portuguesa – Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste (e.g. Cabecinhas & Évora, 2008; Cabecinhas & Feijó, 2010; Cabecinhas et al., 2006; Cabecinhas & Nhaga, 2008; J. Mendes et al., 2011), mostram que aquilo que é recordado depende dos quadros sociais da memória em que os indivíduos se encontram envolvidos e nos quais foram socializados. Estes estudos evidenciam, entre outros resultados, que embora a memória sobre a colonização, por exemplo, esteja bastante presente nas narrativas, de facto os significados que lhe são atribuídos são distintos. Nos diversos estudos realizados em Portugal, de um modo geral, observa-se uma reificação de memórias míticas sobre os “descobrimentos” e um esquecimento ou não reconhecimento dos efeitos mais violentos da expansão colonial. Em contrapartida, nos estudos realizados nas antigas colónias portuguesas, os efeitos violentos da ação colonial são mais salientes, enfatizando os aspetos mais opressivos do colonialismo (e.g., J. Mendes et al., 2011). Estes estudos mostraram diversas ambiguidades e contradições nas representações sociais do passado colonial (Cabecinhas, 2023). Observou-se, por exemplo, a partir de dados recolhidos no Brasil e em Portugal, um “desencontro” de memórias sobre o passado colonial. Enquanto em Portugal, os resultados indicaram a persistência da idealização do período dos “descobrimentos”, dissociada dos efeitos mais brutais do colonialismo; no Brasil, os participantes que mencionaram espontaneamente a “descoberta”, o “achamento” ou a “vinda da família real” entre os eventos mais importantes na história do Brasil associaram esses eventos a emoções ambivalentes, enquanto aqueles que evocaram a “invasão” ou “colonização” mencionaram emoções negativas. Foram, ainda, referidas diversas revoltas contra o regime colonial, assim como alguns dos seus atores-chave (Cabecinhas et al., 2006).

Entre os meios que funcionam como instrumentos privilegiados para a disseminação de representações da história e, conseqüentemente, para a construção dos nossos referenciais de alteridade (Cabecinhas et al., 2022), encontram-se os manuais escolares. Diversos autores têm salientado que é crucial debatermos como o passado é interpretado e é ensinado nas escolas (Carretero et al., 2017; van Nieuwenhuyse & Valentim, 2018).

Os estudos realizados sobre manuais escolares de história em Portugal mostram que os manuais mais antigos (1965 e 1972) apresentam traços do luso-tropicalismo e uma glorificação das características dos portugueses e das suas ações (V. Mendes & Valentim, 2012), a par com uma legitimação do processo de colonização como um direito inquestionável de Portugal. Mostram, também, em manuais mais recentes (2008 e 2009) que estes tendem a naturalizar processos como o colonialismo, a escravatura e o racismo (Araújo & Maeso, 2010). Num estudo sobre as representações do “mundo lusófono” nos manuais de História então em vigor no ensino secundário em Portugal (Cabecinhas et al., 2022a), verificou-se a inclusão apenas pontual das “visões do outro” sobre períodos “sensíveis” da história nacional. Ou seja, os manuais invisibilizam um conjunto de experiências e

representações sobre o passado e continuam a veicular hierarquizações raciais e a reforçar uma visão eurocêntrica e androcêntrica da história. Estas narrativas dificilmente contribuem para a descolonização do conhecimento e para a construção e disseminação de representações da história plurais.

Já nos manuais moçambicanos, por exemplo, observamos um guião da libertação que segue um modelo narrativo esquemático: uma situação inicial em que os moçambicanos vivem em comunidades pacíficas; um momento de colonialismo e sofrimento intenso; superação heroica através da luta armada de libertação. A memória da luta de libertação do país contra o colonialismo está, ainda, no centro do processo de construção da nação, em que a narrativa pós-colonial oficial promove uma visão alternativa que destaca a ação dos povos africanos e glorifica os heróis da libertação. No entanto, essa narrativa predominante também não considera plenamente a pluralidade de memórias, observando-se um silenciamento da diversidade de memórias geradas pela interação entre colonizadores e colonizados (Coelho, 2013). Embora haja mudanças no tipo de linguagem utilizada ao longo do tempo, os modelos narrativos esquemáticos permanecem semelhantes, enfatizando a necessidade de unidade nacional sob a liderança da elite política no poder (Cabecinhas, et al., 2022b).

As investigações sobre as representações da história em manuais escolares, conduzidas em diferentes países de língua oficial portuguesa, evidenciam que distintos grupos sociais constroem memórias diversas. Estes dados reforçam a conceção de que a memória constitui um fenómeno socialmente dinâmico, continuamente (re)construído por meio de processos comunicativos, e que expressa tanto as identidades sociais dos indivíduos como os seus percursos de vida socialmente situados. Os estudos revelam igualmente que a construção da memória está intrinsecamente ligada ao poder hegemónico, que a institui enquanto memória cultural, assegurando, assim, a sua própria legitimidade e perpetuação. Neste sentido, as disputas em torno da memória pública revelam-se particularmente complexas e desafiadoras, como tem sido demonstrado por investigações recentes (e.g., Balbé et al., 2024; Cabecinhas, 2023; Macedo et al., 2023a).

Relações Interculturais, Migrações e Representações Raciais nos Média

Desde as redes digitais aos serviços de *streaming*, as tecnologias de informação e comunicação tornaram-se parte integrante do nosso quotidiano e reformularam a forma como interagimos uns com os outros e com o mundo que nos rodeia. Logo, é impossível compreender as práticas e os objetos mnemónicos do presente, e a sua projeção futura, sem abordar as mudanças provocadas pelas tecnologias e pelos média em particular.

A memória social é, neste capítulo, concebida como um processo, mediado e remediado por múltiplos média, com a participação de comunidades dinâmicas que não só representam, mas também atuam sobre o passado. Para compreender a memória social é, assim, necessário considerar “as relações de dependência, as forças assimétricas e filtros que operam num dado contexto cultural, a agência individual e grupal, as experiências e trajetórias pessoais e as ‘ferramentas’ e ‘veículos’ de memória” (Cabecinhas & Abadia, 2013, p. 5).

Os média constituem um dos veículos de memória mais presentes no nosso quotidiano. Para Erll e Rigney (2009), “os ‘quadros’ de lembrança mediáticos e especificamente os processos mediáticos através dos quais as memórias chegam à esfera pública e se tornam coletivas” (p. 2) são centrais para compreendermos as dinâmicas da memória social. Determinados conteúdos mediáticos tornam-se marcantes na recordação coletiva e é, em

seguida, através da reiteração intermediática dessas narrativas em diferentes plataformas na esfera pública (jornais, internet, rituais comemorativos, filmes), que estas se enraízam e perduram numa determinada comunidade. Os média são, neste sentido, mais do que veículos passivos e transparentes de informação, desempenhando um papel ativo na formação da nossa compreensão do passado, na mediação entre passado e presente, e, portanto, na definição da agenda para futuros atos de lembrança no seio da sociedade.

Os média são, ainda, vistos como um instrumento influente na formação das percepções do passado pela sua capacidade de chegar simultaneamente a vários públicos e de fornecer interpretações da história. As representações do passado veiculadas pelos meios de comunicação surgem sob a forma de narrativa, sublinhando um aspeto emocional, o que as torna mais ressonantes do que os processos de aprendizagem tradicionais. O passado está presente, por exemplo, nas representações ficcionadas no audiovisual ou nas notícias e influencia as imagens que as pessoas constroem sobre si e sobre o mundo. Os meios de comunicação permitem a proliferação de uma versão dos acontecimentos em detrimento de outras, o que não só reproduz as representações identitárias na sociedade, como também as reconstrói (Macedo et al., 2023b).

Diversos estudos têm salientado o papel importante dos média na formação das atitudes perante a imigração e a diversidade cultural (e.g., Ferin-Cunha et al., 2006; Macedo, 2016). Os média frequentemente exercem uma função de controlo social, reforçando as ideologias dominantes e veiculando imagens que acentuam os estereótipos raciais e étnicos (e.g., Cabecinhas, 2002; van Dijk, 1991). No entanto, os média podem ser excelentes meios para promover a mudança social, veiculando modelos para uma sociedade mais inclusiva e diversa (e.g., Macedo, 2016; Pinto et al., 2015).

Assumindo que os meios de comunicação social constituem as fontes de informação de referência da maioria da população, a União Europeia tem promovido algumas medidas direcionadas aos profissionais dos média com vista a uma maior consciencialização sobre a realidade “pluricultural” das sociedades europeias (Wenden, 2005).

Nas últimas duas décadas, foram realizados diversos estudos sobre a forma como os imigrantes e as “minorias étnicas” são representados nos média portugueses. Por exemplo, os estudos efetuados por Ferin-Cunha et al. (2004, 2006, 2008) permitem uma análise longitudinal da forma como diferentes grupos têm sido retratados na imprensa nacional e nos noticiários televisivos dos canais generalistas portugueses em sinal aberto. Os padrões de cobertura do tema “imigração e minorias étnicas” têm vindo a alterar-se ao longo dos anos em análise. Em 2003 e 2004, os média privilegiaram a temática “crime”, os atores institucionais, as vozes e fontes oficiais, recorrendo a um tom negativo, a uma argumentação predominantemente securitária e a um enquadramento policial. A partir de 2005, embora continue a predominar a cobertura dos imigrantes como agentes do crime, regista-se um aumento de notícias sobre os imigrantes enquanto vítimas de crime (por exemplo, vítimas de tráfico de seres humanos e exploração sexual).

Como salientam Ferin-Cunha et al. (2008), verifica-se “pouca diversidade temática no tratamento destes grupos, estando por noticiar muitos aspetos, nomeadamente os económicos, sociais, políticos, culturais e relativos aos comportamentos e estilos de vida” (p. 105). No que respeita às fontes e aos atores com voz no espaço público, os que têm maior visibilidade na imprensa portuguesa são as Forças de Segurança, o entretanto extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras¹ e o Governo. Na televisão, os imigrantes surgem como atores com maior expressão nos últimos anos, seguidos das Forças de Segurança. Globalmente,

1 A Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA, I.P.), criada pelo Decreto-Lei n.º 41/2023, de 2 de junho, substituiu o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

verifica-se um crescente recurso a fontes provenientes de organizações não governamentais, nomeadamente organizações de migrantes e pessoas racializadas.

As “boas práticas”² que têm sido recomendadas pelas entidades reguladoras aconselham a que não se nomeie a “nacionalidade” ou “origem étnica” quando essa informação não é essencial para a compreensão da notícia. Tal tem-se traduzido no aumento significativo do recurso a palavras genéricas, como “imigrante” e “estrangeiro”, o que contribuiu para reforçar ainda mais a homogeneização informativa. Tais “procedimentos tanto podem ser lidos como boas práticas, como de reforço dos exotismos culturais e/ou étnicos, ou ainda, como formas de tornar invisíveis diferenças de acesso a oportunidades sociais” (Ferin-Cunha et al., 2008, p. 113). Além disso, muitas vezes, essa categorização racial é induzida através do uso de imagens específicas.

Na opinião de Malheiros et al. (2007), os média têm um papel fundamental no processo de construção dos eventos violentos e dos conflitos e na atribuição de estigmas a espaços e a populações que neles habitam. No seu entendimento, a televisão, bem como os órgãos de comunicação social, participa na “co-construção dos conflitos e dos eventos violentos, amplificando-os e fornecendo uma visibilidade aos autores” (p. 36). O “espectáculo mediático”, para além de ampliar um fenómeno violento, pode deformá-lo, por exemplo, através do modo como são captadas as imagens, da seleção de entrevistados a incluir nas peças e do modo como são selecionados e apresentados os depoimentos recolhidos.

Numa análise ao modo como a categoria “imigrantes” em Portugal é criada e veiculada pela revista *Visão* entre 2002 e 2008, Costa (2010) constata que os artigos produzidos revelam preocupação em dar uma imagem positiva dos imigrantes, mas, ao fazê-lo, os jornalistas jogam com estereótipos e conceitos naturalizados no senso comum. Por vezes procuram desmontá-los, em outros momentos envolvem-se nos estereótipos que veiculam, mesmo sem se aperceberem. De facto, nos média, os grupos minorizados aparecem frequentemente associados aos problemas da criminalidade e violência urbanas, ao desemprego, ao tráfico de drogas à economia subterrânea, à insegurança, aos custos sociais e ao terrorismo (Marques, 2007). A generalização dos preconceitos, a discriminação sistemática nas várias áreas da vida social, a violência da linguagem ou a segregação residencial são fenómenos de maior extensão, inscritos no próprio funcionamento da sociedade.

Estas práticas ao nível da produção noticiosa, e não só, podem contribuir para uma maior homogeneização e exotização de determinados grupos, reforçando processos de racialização, etnicização e objetificação. Assim, os membros de minorias sociais (“imigrantes”, “refugiados”, “feirantes”, “gangs”) tornam-se extremamente visíveis enquanto “representantes” de uma categoria percebida como homogênea, mas invisíveis enquanto “pessoas”, na sua singularidade e diversidade (Cabecinhas, 2002).

Neste sentido, têm sido propostas diversas medidas no que toca à produção noticiosa: diversificação temática, confrontação, identificação e diversidade das fontes, diversificação dos géneros jornalísticos e adequação dos formatos aos temas focados; enquadramento e estilos de discurso, escolha das imagens e dos ângulos de filmagem, entre outras (e.g., Cerqueira et al., 2014; Ferin-Cunha et al., 2008; Pinto et al., 2015).

Diversos organismos da União Europeia têm recomendado uma maior formação dos jornalistas nas áreas da diversidade e interculturalidade, assim como o desenvolvimento de

2 O objetivo fundamental é evitar a criação de “correlações ilusórias” (Hamilton & Guifford, 1976) por parte dos públicos (por exemplo, a associação de determinada “nacionalidade” a determinado tipo de comportamento). Para a discussão de casos em contexto português, ver, por exemplo, Figueiredo e Martins (2017).

órgãos de comunicação dirigidos a determinados grupos étnicos (*ethnic media*). A entrada de jornalistas de origem migrante no campo dos média tem sido igualmente apontada como uma medida estratégica para a promoção de uma sociedade cada vez mais plural. No entanto, essa entrada por si só não garante a maior pluralidade e diversidade noticiosa, uma vez que, por um lado, estes podem ter internalizado as representações sociais dominantes, e, por outro, a consciência crítica da necessidade de mudança social terá de ser transversal a toda a estrutura subjacente à produção noticiosa assim como às estruturas de participação (e.g., Bellardi et al., 2018; Cabecinhas, 2024; Cerqueira et al., 2014; Costa, 2010).

O mesmo podemos dizer da produção cinematográfica, que pode de facto contribuir para veicular estereótipos, mas também pode ter a potencialidade de contribuir para a sua desmontagem e discussão crítica. Em estudos de receção recentes, foram usados um conjunto de filmes para a discussão das migrações e das relações interculturais com jovens do ensino secundário. Macedo (2016), por exemplo, verificou que persistem nas narrativas dos jovens que participaram no seu estudo expressões de racismo e a associação das pessoas racializadas à criminalidade, à agressividade e à falta de agência. No entanto, este estudo assinalou também o papel da discussão crítica das imagens veiculadas na reformulação de representações sobre as pessoas migrantes e racializadas.

Contudo, a perceção do grupo dos “outros” como mais homogéneo do que o grupo de pertença e os estereótipos sobre um coletivo do qual se procuram diferenciar estão presentes nos discursos dos jovens (Pereira et al., 2019). Estes referem não ser racistas, relatando, contudo, terem observado episódios de racismo no contexto escolar, em particular, a discriminação com base numa suposta diferença cultural, distinguindo as práticas do grupo de pertença face a outros grupos (roupas, língua), o que indica a persistência de um preconceito mais encoberto e inapreensível, que contribui para reificar hierarquias raciais.

A tendência para atribuir atitudes ou comportamentos considerados preconceituosos às gerações mais velhas foi um dos resultados dos estudos de receção realizados em Portugal, com jovens do ensino secundário (Macedo et al., 2023a). Os jovens que participaram nas atividades procuraram diferenciar-se positivamente em relação às atitudes das gerações mais velhas e tenderam a ser unânimes ao considerar que as pessoas jovens não são “preconceituosas”, rejeitando o machismo, a homofobia, a transfobia, o racismo e outras formas de discriminação. Verificou-se uma forte clivagem entre as gerações mais velhas, alegadamente conservadoras, e a sua geração, alegadamente livre de preconceitos e transformadora (Macedo et al., 2023a).

O cinema pode de facto ocupar um lugar central no combate às amnésias sociais, observando-se em curtas-metragens atuais (2018 e 2022) uma tendência para a discussão de temas relacionados aos sentimentos e aos espaços de pertença e um conjunto de narrativas contra-hegemónicas, que focam em relações interpessoais (por exemplo, família, amizade, amor) a partir de diferentes experiências migratórias, e na memória histórica (Macedo et al., 2023a). A discussão crítica destas narrativas fílmicas, bem como a análise da produção noticiosa sobre os imigrantes e as populações minorizadas podem constituir pontos de partida importantes para a mudança social.

A maioria dos estudos tem-se focado na forma como os grupos minorizados são retratados pelos média, sendo ainda muito escassos os estudos sobre a agência das pessoas migrantes e racializadas na produção mediática (e.g., Posch et al., 2024) e na forma como estão a fomentar ativamente processos de inovação social através de diferentes formas de ativismo mnemónico (Cabecinhas, 2024).

Este capítulo procurou evidenciar o caráter profundamente social, dinâmico e relacional da memória social, sublinhando a sua centralidade nos processos de construção identitária, nas relações interculturais e na esfera pública contemporânea. Ao analisar a memória social em articulação com os média, a educação e as práticas culturais, procurou-se assinalar o modo como as representações do passado são moldadas por enquadramentos hegemónicos, mas também desafiadas por narrativas contra-hegemónicas que emergem de grupos historicamente minorizados. A diversidade de memórias, visível nas diferentes leituras da história veiculadas por manuais escolares e produções mediáticas, mas também nos discursos de jovens, evidencia as disputas simbólicas em torno da memória pública e a sua importância para a transformação social. Assim, compreender os mecanismos comunicativos da memória, bem como os seus usos políticos e simbólicos, é fundamental para promover uma cidadania crítica, inclusiva e consciente da pluralidade de vozes e experiências que compõem as nossas sociedades.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025-2029, referência UID/00736/2025, pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. e foi elaborado no âmbito do projeto *MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos* (PTDC/COM-CSS/3121/2021), financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Referências

- Adichie, C. N. (2009). *O perigo de uma única história* [Vídeo]. TED. https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?subtitle=pt-br
- Araújo, M., & Maeso, S. R. (2010). Explorando o eurocentrismo nos manuais portugueses de história. *Estudos de Sociologia*, 15(28), 239–270.
- Assmann, J. (2008). "Communicative and cultural memory". In A. Erll e A. Nünning (Eds.), *Media and Cultural Memory. An International and Interdisciplinary Handbook* (pp.109–118). De Gruyter.
- Balbé, A. D., Lins, L., & Cabecinhas, R. (2024). "Não tem como a gente fugir do que nos ensinam": Debates sobre memória pública e educação com estudantes do ensino secundário português. *Estudos Ibero-Americanos*, 44(1), e45807. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2024.1.45807>
- Bartlett, F. C. (1928). Social constructiveness. I. *British Journal of Psychology*, 18(4), 388–391. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8295.1928.tb00475.x>
- Bartlett, F. C. (1995). *Remembering: A study in experimental and social psychology*. Cambridge University Press. (Trabalho original publicado em 1932)
- Bellardi, N., Busch, B., Hassemer, J. Peissl, H., & Scifo, S. (2018). *Spaces of Inclusion - An explorative study on needs of refugees and migrants in the domain of media communication and on responses by community media*. Council of Europe.
- Bouchat, P., Cabecinhas, R., Licata, L., Charton, M., Chrysoschoou, X., Delouvée, S., Erb, H. -P., Facca, L., Flassbeck, C., Haas, V., Kalampalikis, N., Franc, R., Mari, S., Pavlovic, T., Petrović, N., Raudsepp, M., Sá, A., Sakki, I., Sekerdej, M., ..., & Hilton, D. (2023). Social representations of European history by the European youth: A cross-country comparison. *Journal of Social and Political Psychology*, 11(2), 606–622. <https://doi.org/10.5964/jsp.9805>
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction: Critique sociale du jugement*. Minuit.
- Brasil, J. A., & Cabecinhas, R. (2017). Social representations of Latin American history and (post)colonial relations in Brazil, Chile and Mexico. *Journal of Social and Political Psychology*, 5(2), 537–557. <https://doi.org/10.5964/jsp.v5i2.701>

Cabecinhas, R. (2002). Media, etnocentrismo e estereótipos sociais. In J. A. Bragança de Miranda & J. F. Silveira (Eds.), *As ciências da comunicação na viragem do século: Actas do I Congresso de Ciências da Comunicação* (pp. 407–418). Vega.

Cabecinhas, R. (2023). A memória da nação na era planetária. Passados e futuros em debate. *Análise Social*, 58(249), 766–788.

Cabecinhas, R. (2024). Migrações, media, ativismos mnemónicos e lutas antirracismo. In I. Macedo, T. Oliveira, & M. de L. Martins (Eds.), *Existir e resistir na sociedade contemporânea: Contributos para o debate sobre comunicação e cultura* (pp. 31–50). Húmus.

Cabecinhas, R., & Abadia, L. (2013). Narratives and social memory: Dialogic challenges. In R. Cabecinhas & L. Abadia (Eds.), *Narratives and social memory: Theoretical and methodological approaches* (pp. 5–9). Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. <https://hdl.handle.net/1822/25332>

Cabecinhas, R., Balbé, A., Camanho, L., & Cunha, L. (2022a). Imagens e miragens do mundo lusófono nos manuais escolares de história portuguesas: Visões do passado, presente e futuro. In M. de L. Martins, A. Balbé, I. Macedo, & E. Mabasso (Eds.), *Portugal e Moçambique - Travessias identitárias e imaginários do passado e do presente* (pp. 193–220). Húmus.

Cabecinhas, R., Jamal, C., Sá, A. & Macedo, I. (2022b). Colonialism and liberation struggle in Mozambican History textbooks: A diachronic analysis. In I. Brescó & F. van Alphen (Eds.), *Reproducing, rethinking, resisting national narratives. A sociocultural approach to schematic narrative templates* (pp. 37–57). Information Age Publishers.

Cabecinhas, R., & Évora, S. L. (2008). Visões do mundo e da nação: Jovens cabo-verdianos face à história. In M. de L. Martins & M. Pinto (Eds.), *Comunicação e cidadania. Actas do 5.º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação* (pp. 2685–2706). Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

Cabecinhas, R., & Feijó, J. (2010). Collective memories of Portuguese colonial action in Africa: Representations of the colonial past among Mozambicans and Portuguese youths. *International Journal of Conflict and Violence*, 4(1), 28–44. <https://doi.org/10.4119/ijcv-2813>

Cabecinhas, R., Lima, M. E. O., & Chaves, A. M. (2006). Identidades nacionais e memória social: Hegemonia e polémica nas representações sociais da história. In J. Miranda & M. I. João (Eds.), *Identidades nacionais em debate* (pp. 67–92). Celta.

Cabecinhas, R., Liu, J. H., Licata, L., Klein, O., Mendes, J., Feijó, J., & Niyubahwe, A. (2011). Hope in Africa? Social representations of world history and the future in six African countries. *International Journal of Psychology*, 46(5), 354–367. <https://doi.org/10.1080/00207594.2011.560268>

Cabecinhas, R., & Nhaga, N. (2008). Memórias coloniais e diálogos pós-coloniais. Guiné-Bissau e Portugal. In R. Cabecinhas, & L. Cunha (Eds.), *Comunicação intercultural: Perspectivas, dilemas e desafios* (pp. 109–132). Campo das letras.

Carretero, M., Berger, S., & Grever, M. (2017). *Palgrave handbook of research in historical culture and education*. Springer. <https://doi.org/10.1057/978-1-137-52908-4>

Cerqueira, C., Magalhães, S. I., Santos, A., Cabecinhas, R., & Nogueira, C. (2014). *De outro género: Propostas para a promoção de um jornalismo mais inclusivo*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

Coelho, J. P. B. (2013). Politics and contemporary History in Mozambique: A set of epistemological notes. *Kronos*, 39(1), 20–31.

Connerton, P. (1993). *Como as sociedades recordam*. Celta. (Trabalho original publicado em 1989)

Costa, A. (2010). *A criação da categoria imigrantes em Portugal na revista Visão. Jornalistas entre estereótipos e audiências*. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Cunha, L. (2006). *Memória social em Campo Maior: Usos e percursos da fronteira*. Dom Quixote.

Echabe, A. E., & Castro, J. L. G. (1998). Social memory: Macropsychological aspects. In U. Flick (Ed.), *The psychology of the social* (pp. 91–106). Cambridge University Press.

Erll, A., & Rigney, A. (2009). Introduction: Cultural memory and its dynamics. In A. Erll & A. Rigney (Eds.), *Mediation, remediation, and the dynamics of cultural memory* (pp. 1–14). Walter de Gruyter.

Figueiredo, A., & Martins, C. (2017). O Cruzamento entre género e nacionalidade e a perspetiva da regulação de conteúdos mediáticos. *Ex aequo*, 35, 125–141.

Ferin-Cunha, I., Santos, C. A., Silveirinha, M. J., & Peixinho, A. T. (Eds.). (2004). *Media, imigração e minorias étnicas*. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Ferin-Cunha, I. F., Santos, C. A., Valdigem, C., & Filho, W. S. (2006). *Media, imigração e minorias étnicas II*. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Ferin-Cunha, I. F., Santos, C. A., Filho, W. S., & Fortes, I. (2008). *Media, imigração e minorias étnicas 2005-2006*. Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural.

Fivush, R. (2008). Remembering and reminiscing: How individual lives are constructed in family narratives. *Memory Studies*, 1(1), 49–58. <https://doi.org/10.1177/1750698007083888>

Halbwachs, M. (1968). *La mémoire collective*. Presses Universitaires de France. (Trabalho original publicado em 1950)

Halbwachs, M. (1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Albin Michel. (Trabalho original publicado em 1925)

Hilton, D., & Liu, J. H. (2017). History as the narrative of a people: From function to structure and content. *Memory Studies*, 10(3), 297–309. <https://doi.org/10.1177/17506980177016>

Licata, L., & Klein, O. (2005). Regards croisés sur un passé commun: anciens colonisés et anciens coloniaux face à l'action belge au Congo. In M. Sanchez-Mazas & L. Licata (Eds.), *L'autre: Regards psychosociaux* (pp. 241–277). Presses Universitaires de Grenoble.

Liu, J. H., & Hilton, D. (2005). How the past weighs on the present: Towards a social psychology of histories. *British Journal of Social Psychology*, 44(4), 537–556. <https://doi.org/10.1348/014466605X27162>

Liu, J. H., Goldstein-Hawes, R., Hilton, D., Huang, L.-L., Gastardo-Conaco, C., Dresler-Hawke, E., Pittolo, F., Hong, Y.-Y., Ward, C., Abraham, S., Kashima, Y., Kashima, E., Ohashi, M. M., Yuki, M., & Hidaka, Y. (2005). Social representations of events and people in world history across twelve cultures. *Journal of Cross Cultural Psychology*, 36(2), 171–191. <https://doi.org/10.1177/0022022104272900>

Liu, J. H., Páez, D., Slawuta, P., Cabecinhas, R., Techio, E., Kokdemir, D., Sen, R., Vincze, O., Muluk, H., Feixue Wang, & Zlobina, A. (2009). Representing world history in the 21st Century: The impact of 9-11, the Iraq War, and the nation-state on dynamics of collective remembering. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 40(4), 667–692. <https://doi.org/10.1177/0022022109335557>

Macedo, I. M. (2016). *Migrações, memória cultural e representações identitárias: A literacia fílmica na promoção do diálogo intercultural* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <https://hdl.handle.net/1822/48712>

Macedo, I., Balbé, A., & Cabecinhas, R. (2023). Cultura visual, educação e comunicação intercultural: Grupos de discussão com estudantes no ensino secundário português. *Educação em Foco*, 26(48), 1–22. <https://doi.org/10.36704/eef.v26i48.7145>

Macedo, I., Lins, L., da Silva, T. V., & Cabecinhas, R. (2023). Exploring images of otherness through cinema: Analysis of counter-visualities in Portuguese films. *Papers on Social Representations*, 32(2), x.1–1.26.

Malheiros, J. M., Mendes, M., Barbosa, C., Silva, S. B., Schiltz, A., & Vala, F. (2007). *Espaços e expressões de conflito e tensão entre autóctones, minorias migrantes e não migrantes na área metropolitana de Lisboa*. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Marková, I. (2007). Social identities and social representations: How are they related? In G. Moloney & I. Walker (Eds.), *Social representations and identity* (pp. 215–236). Palgrave Macmillan.

Marques, J. F. (2007). *Do “não racismo” português aos dois racismos dos portugueses*. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Mendes, J., Silva, E., & Cabecinhas, R. (2011). Memória colectiva e identidade nacional: Jovens angolanos face à História de Angola. In M. de L. Martins, R. Cabecinhas, & L. Macedo (Eds.), *Anuário internacional de comunicação lusófona 2010 - Lusofonia e sociedade em rede* (pp. 206–221). Federação Lusófona de Ciências da Comunicação/Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação.

Mendes, V., & Valentim, J. (2012). O luso-tropicalismo nos manuais de História e de Português do ensino primário português no período colonial: Um estudo exploratório. *Psicologia e Saber Social*, 1(2), 221–231. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2012.4907>

Nieuwenhuys, K., & Valentim, J. P. (eds.) (2018). *Representations of colonial pasts in (post)colonial presents. Historical and social psychological perspectives through textbook analysis*. Information Age Publishing.

Páez, D., Bobowik, M., De Guissmé, L., Liu, J. H., & Licata, L. (2016). Mémoire collective et représentations sociales de l'histoire. In G. Lo Monaco, S. Delouvée, & P. Rateu (Eds.), *Les représentations sociales: Théories, méthodes et applications* (pp. 539–552). De Boeck.

Pennebaker, J. W., Rentfrow, J., Davis, M., Paez, D., Techio, E., Slawuta, P., Zlobina, A., Deschamps, J., & Bellelli, G. (2006). The social psychology of history: Defining the most important events of world history. *Psicologia Política*, 32, 15–32.

Pereira, A. C., Macedo, I., & Cabecinhas, R. (2019). Lisboa africana no cinema: Conversas em sala de aula sobre Li ké Terra e Cavalo Dinheiro. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 6(1), 115–135. <https://doi.org/10.21814/rlec.383>

Pinto, M., Pereira, S., & Brites, M. J. (Eds.). (2015). *Os media e a crise dos refugiados. Agenda de atividades*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

Posch, P., Correia Borges, G., Simões, C., & Cerqueira, C. (2024). Perspectivas emergentes: Um panorama sobre mídias alternativas digitais e pessoas migrantes e/ou racializadas em Portugal. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 11(2), e024015. <https://doi.org/10.21814/rlec.5748>

van Dijk, T. A. V. (1991). *Racism and the press*. Routledge.

Wenden, C. V. de. (2005). *Atlas de migrations dans le monde*. Éditions Autrement

Material Suplementar

Palestra de Chimamanda Adichie, “O Perigo de uma Única História”: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?subtitle=pt-br

Curta-metragem Sobre a Ativista Maria Gil: Macedo, I., Pereira, A. P., Correia Borges, G., Mesquita, B., Januário, M., Sá, A., & Cabecinhas, R. (2024). “Nós somos carne, nós somos ventre, nós somos nação”: Entrevista a Maria Gil (Data RepositórioUM V2) [Conjunto de dados]. Data RepositórioUM. <https://doi.org/10.34622/datarepositorium/150E6Z>

Curta-metragem Sobre a Ativista Cyntia de Paula: Mesquita, B., Cabecinhas, R., Pereira, A. P., Macedo, I., Correia Borges, G., & Zanetti, L. (2025). “Migrar é um renascer”: Entrevista a Cyntia de Paula” (Data RepositórioUM V1) [Conjunto de dados]. Data RepositórioUM. <https://doi.org/10.34622/datarepositorium/NWMKPK>

